

**ATA DA 222ª REUNIÃO ORDINÁRIA
DO CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE**

1 **LOCAL:** Sala de Reuniões do CES Conselheiro Osvaldo de Oliveira Maciel, Rua Esteves
2 Júnior, 160 - 8º Andar – Centro – Florianópolis/SC.

3 **DATA:** 08/03/2017

4 **HORÁRIO:** 14:00 horas

5 **PRESENTES**

6 **CONSELHEIROS TITULARES**

7 Alessandra Tagliari C. Da Silva (Ass. Patronais Comércio e Serviços, Indústrias e Agricultura)

8 Alexandre Cunha dos Santos (Ass. Port. Patologia e/ou Deficiência)

9 Aline Gunsett (Ass. Patronais Comércio e Serviços, Indústrias e Agricultura)

10 André Mendes Arent (Associações Profissionais Área da Saúde)

11 Beatriz Minatto (MS)

12 Bernard Van de Meene (Ass. de Aposentados e da Terceira Idade)

13 Canísio Isidoro Winkelmann (AHESC)

14 Cecília Alves de Lima (Ass./Mov. De Mulheres)

15 Clécio Antônio Espezim (SES)

16 Cleia Clemente Aparecida Giosole (Ass. Moradores)

17 Elsita Chorztenberger Andrade (Organizações Religiosas)

18 Fábio Gaudenzi de Faria (SES)

19 Fátima Regina da Silva (Ass./Mov. População Afrodescendente e População Indígena)

20 Francieli dos Santos (FEHOESC)

21 Hortência Salet Muller Tierling (Conselho Reg. Área da Saúde)

22 Jorge dos Passos Corrêa Cobra (Associações Profissionais Área da Saúde)

23 Luiz Henrique Costa (Sindicatos Profissionais Área da Saúde)

24 Maria Conceição dos Santos (Ass. Port. Patologia e/ou Deficiência)

25 Maria Izabel Giroto (Trabalhadores Urbanos)

26 Mario Bastos (SES/SC)

27 Milton Ricardo de Medeiros Fernandes (Conselho Reg. Área da Saúde)

28 Nayana Setubal Bittencourt (Ass. Patronais Comércio e Serviços, Indústrias e Agricultura)

29 Nereu Sandro Espezim (Sindicatos Profissionais Área da Saúde)

30 Pedro Cezar Peliser (FEHOSC)

31 Sérgio Murilo Rabelo (Trabalhadores Urbanos)

32 Sônia Teresinha Bodanese (COSEMS/SC)

33 **CONSELHEIROS SUPLENTE**

34 Clóvis Thadeu Rabello Improta (Sindicatos Profissionais Área da Saúde)

35 Helena Edília Lima Pires (Ass. Port. Patologia e/ou Deficiência)

36 Helga Regina Bresciani (Conselho Reg. Área da Saúde)

37 Leonilda Delourdes Gonçalves (Organizações Religiosas)

38 Luiz de Bittencourte (Trabalhadores Urbanos)

39 Valmir Braz de Souza (Sindicatos Profissionais Área da Saúde)

40 **JUSTIFICATIVAS DE AUSÊNCIA**

41 Clarinda da Luz Durigon (Ass. Moradores)

42 Karina Cardoso Gulbis Zimmermann (Associações Profissionais Área da Saúde)

43 **DESENVOLVIMENTO DOS TRABALHOS**

44 A 222ª Reunião Ordinária do Conselho Estadual de Saúde teve início às 14h10min, sob
45 a coordenação do Presidente, Jorge dos Passos Corrêa Cobra, com a presença dos
46 Conselheiros acima nominados. Em seguida deu posse ao Conselheiros abaixo:

TITULARES	SUPLENTE
Milton Ricardo de Medeiros Fernandes – CREFITO	Emerson Antônio Brancher – CREF

Maury José da Luz Maciel – SOESC	Vânio Cardoso Lisboa – SIMESC
Nereu Sandro Espezim – SINDSAÚDE	Valmir Braz de Souza – SINDPREVS
Luiz Henrique Costa – SINDFAR	Clóvis Thadeu Rabello Improta – SIMVET
Maria Izabel Giroto – FETRAM	Nicolau de Almeida Netto – NCST
Sérgio Murilo Rabelo – CUT	Luiz de Bittencourte – Força Sindical

47 **APROVAÇÃO DA ATA**

48 *A Ata da sessão de fevereiro foi aprovada, com três abstenção.*

49 **DOCUMENTOS RECEBIDOS E EXPEDIDOS**

50 Ofício Nº 087/2017/MS/SEAUD/SC, o qual encaminha cópia do Relatório Complementar da
51 Auditoria nº 16225;

52 Ofício Nº 0136/2017/MS/SEAUD/SC, o qual encaminha cópia do Relatório Final da Auditoria
53 nº 17173;

54 Ofício Nº 0139/2017/MS/SC, o qual encaminha cópia do Relatório de Cooperação Técnica nº
55 1584;

56 Ofício Nº 0100/2017/MS/SEAUD/SC, o qual encaminha cópia do Relatório Final da Auditoria
57 nº 16222;

58 Ofício-Circular Nº 038/SE/CNS/GM/MS, o qual encaminha o convite da 95 Reunião da
59 CISTT Nacional;

60 C.I.Nº 090/2016/GEAUD, a qual encaminha o Relatório de Auditoria/DIPA do mês de janeiro
61 de 2017;

62 Ofício Nº 054/2017/DIREX/FAHECE, o qual informa a solicitação da prorrogação dos
63 Convênios nºs 792588 e 800092/2013.

64 **ITEM I – ELEIÇÃO PARA PRESIDENTE E VICE-PRESIDENTE DO CES/SC;**

65 O Presidente do Conselho, Jorge dos Passos Corrêa Cobra, informou da manifestação
66 de vontade da Conselheira Cléia Aparecida Clemente Giosole se candidatar a Presidente do
67 CES e perguntou se mais alguém gostaria de colocar seu nome à disposição. Não havendo
68 manifestação, O Presidente submeteu ao Plenário o nome da Conselheira Cléia Aparecida
69 Clemente Giosole, representante da FAMESC – Usuários para Presidente do CES. Por
70 unanimidade o Conselho elegeu A Conselheira Cléia Aparecida Clemente Giosole Presidente
71 do Conselho Estadual de Saúde de Santa Catarina, que tomará posse em 05/04/2017.

72 Em seguida, para se candidatar ao cargo de Vice-Presidente, se manifestou o
73 Conselheiro Bernard Van de Meene, e por não haver nenhuma outra manifestação, O
74 Presidente submeteu ao Plenário nome do Conselheiro, representante da FEAPESC –
75 Usuários, o qual foi eleito por unanimidade, que tomará posse em 05/04/2017.

76 A Conselheira Cléia Aparecida Clemente Giosole agradeceu a confiança de todos, no
77 dia tão importante, que é o dia 8 de março e falou que irá, acompanhada de todos, trabalhar
78 pelo Sistema Único de Saúde.

79 O Conselheiro Bernard Van de Meene agradeceu a todos e falou que já vinha
80 trabalhando em parceria com o Presidente, Jorge dos Passos Corrêa Cobra, e que, junto com
81 todos, tentará somar para a melhoria da Saúde do Estado.

82 **ITEM II - ORÇAMENTO SES/2017 (Proposta de Resolução da Comissão de**
83 **Acompanhamentos Orçamentários do CES);**

84 O Conselheiro Bernard Van de Meene, coordenador da Comissão Permanente de
85 Acompanhamentos Orçamentários do CES, relatou que, no final do ano passado, aconteceu a
86 reunião desta Comissão, na qual foi apresentado, pelos representantes da SES, o Orçamento
87 para 2017, considerado pelos membros como totalmente utópico, Já que foi elaborado
88 conforme determinação da Secretaria da Fazenda, que é uma mera formalidade.

89 De acordo com este posicionamento, a Comissão Permanente de Acompanhamento
90 Orçamentário decidiu por não aprovar o Orçamento e propor ao CES que emita uma
91 Resolução nos seguintes termos:

92

93

RESOLUÇÃO 004/CES/2016

94

O CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições, e

95

96

Considerando a Lei 8.080/90, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e funcionamento dos serviços;

97

98

Considerando a lei 8.142/90, que no seu artigo 4º dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do SUS e sobre a transferência de recursos;

99

100

Considerando a Lei Complementar 141, de 13 de janeiro de 2012, que regulamenta o § 3º do art. 198 da Constituição Federal para dispor sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em ações e serviços públicos de saúde;

101

102

103

104

Considerando a Portaria GM 3085, de 01 de setembro de 2006, que regulamenta o Sistema de Planejamento do SUS, e a Portaria GM 333, de 28 de dezembro de 2006, que aprova as orientações gerais acerca de seus instrumentos básicos;

105

106

107

RESOLVE

108

109

Após apresentação da Proposta Orçamentária Ajustada para o ano de 2017, que traz em sua discriminação as fontes de recursos e suas rubricas para o Orçamento da Saúde de 2017, este Conselho resolve não aprovar a Proposta de Orçamento apresentada, por não contemplar as necessidades financeiras do setor Saúde no Estado de Santa Catarina.

110

111

112

113

114

Florianópolis, 09 de novembro de 2016.

115

JORGE DOS PASSOS CORRÊA COBRA

116

PRESIDENTE DO CES/SC

117

O Conselheiro Canísio Isidoro Winkelmann questionou se a comissão chegou a determinar quanto falta para cumprir as necessidades e se a emenda, que foi aprovada em dezembro na ALESC, que amplia de 12 para 13% a arrecadação para Saúde, foi contemplada na proposta de orçamento quando no parecer da Comissão.

118

119

120

121

O Conselheiro Bernard Van de Meene respondeu que não houve uma construção conjunta da SES e a Comissão Permanente de Acompanhamento Orçamentário na elaboração do Orçamento. Disse acreditar que foram contemplados os 13%, de acordo com o que foi explanado pela SES. Falou que a realização do Orçamento de 2016 não bate com o orçamento, assim como em 2015. Informou do caso de 5 Policlínicas que estavam previstas para serem construídas e nenhuma foi construída.

122

123

124

125

126

127

O Conselheiro Clécio Antônio Espesim falou que foi aprovado na ALESC o aumento gradativo do Orçamento da Saúde de 12 para 13, 13 para 14% e assim por diante. Ponderou que não acha que este percentual seja o ideal. Falou que a SES deve implementar, cada vez mais, as ações dos serviços de Saúde. Disse que não concorda que o orçamento da SES seja uma mera formalidade, já que existe uma estrutura orçamentária/financeira, uma equipe de diversas áreas afins, que tem a responsabilidade de identificar as suas necessidades de orçamento, sempre respeitando o teto orçamentário. Ressaltou que a moção proposta deveria ser encaminhada ao Legislativo, para uma revisão de percentual e para questionamento se todas as necessidades estão sendo atendidas.

128

129

130

131

132

133

134

135

136 O Conselheiro Pedro Cezar Peliser falou que na primeira reunião da Comissão de
137 Acompanhamento Orçamentário, sobre o Orçamento de 2017, não se entendeu os números e
138 na segunda reunião, a Comissão pediu que fosse apresentado o orçamento mais detalhado.
139 Disse que foi informado de que estavam faltando aproximadamente cerca de 1 ou 1,5 bilhão
140 para complementar os gastos com a Saúde. Segundo o Conselheiro, o Orçamento da Saúde
141 para 2017 é o mesmo de 2016 e por essa questão a comissão decidiu que o Orçamento
142 2017/SES é insuficiente para cobrir os gastos com a Saúde, mesmo aumentando anualmente
143 1%.

144 O Conselheiro Milton Ricardo de Medeiros Fernandes concordou com o Conselheiro
145 Bernard Van de Meene, em relação à construção do Orçamento, que deva existir a participação
146 do Controle Social. Disse que o CES tem pouco tempo e mecanismos para fazer suas
147 considerações. Acredita que a comissão se debruçou sobre o assunto para trazer ao Pleno seu
148 relato e que há a necessidade de uma reformulação do Orçamento com os técnicos e o
149 Controle Social para apresentar ao pleno antes de mandar para o Legislativo.

150 O Conselheiro Canísio Isidoro Winkelmann ponderou que não é lógico votar a
151 PAS/2017 sem aprovar o Orçamento/2017. Propôs que seja criada uma comissão conjunta da
152 SES e o CES, para que os técnicos da SES possam elaborar uma Programação Anual de
153 Saúde, de acordo com um orçamento necessário e disponível, ou que os técnicos apresentem
154 ao CES, qual Programação deverá ser cortada para adequar ao orçamento. Também questionou
155 qual seria o melhor caminho, se talvez, haja uma discussão conjunta do orçamento com a
156 programação, ou qual dos dois deveria ser discutido primeiro.

157 O Presidente, Jorge dos Passos Correa Cobra lembrou que as comissões do CES têm
158 essa responsabilidade, que não há necessidade de se criar uma comissão para discutir o
159 orçamento. Falou que é importante fortalecer as comissões, que têm à disposição o quadro
160 interno da SES e até mesmo auxílio externo quando necessário.

161 O Conselheiro Clécio Antônio Espezim falou que a programação orçamentária se
162 inicia nos meses de julho/agosto/setembro e que a Comissão Permanente de Acompanhamento
163 Orçamentário poderia se organizar para propor ações junto as áreas afins, já que o papel do
164 CES é de propor e o da SES de executar. Disse que a expectativa de programação sempre
165 ultrapassa o teto do orçamento, inclusive no âmbito federal e municipal, porém os itens
166 necessários estão previstos no orçamento e podem ser implementados ou remanejados junto à
167 Secretaria de Estado da Fazenda. Sugeriu que o CES, juntamente à ALESC ou outros órgãos
168 necessários, solicite uma maior atenção na implementação do orçamento destinado à SES.

169 O Conselheiro Bernard Van de Meene informou que houve várias reuniões da
170 Comissão Permanente de Acompanhamento Orçamentário, nas quais os representantes do
171 governo não compareceram.

172 O Conselheiro Nereu Sandro Espezim falou da importância do tema Orçamento e se
173 colocou à disposição para participar da Comissão. Segundo ele, os técnicos da SES precisam
174 conhecer a realidade dos Municípios, para se construir um plano de ação que contemple 100%
175 da população. Questionou se já não está sendo aplicada a PEC 255, que reduz em 20% o
176 recurso da SES. Disse acreditar que sim, pois, ainda segundo ele, muitos serviços estão sendo
177 fechados. Falou que é importante aprofundar a discussão do tema e que concorda com o
178 parecer da comissão.

179 O Presidente, Jorge dos Passos Correa Cobra, colocou em votação nominal a Proposta
180 de Resolução da Comissão de Acompanhamentos Orçamentários do CES, que teve os
181 seguintes votos:

182 Alessandra Tagliari C. Da Silva – Aprovou; Alexandre Cunha dos Santos – Aprovou; Aline
183 Gunsett – Aprovou; André Mendes Arent – Aprovou; Beatriz Minatto (MS) – Não aprovou;
184 Bernard Van de Meene – Aprovou; Canísio Isidoro Winkelmann – Aprovou; Cecília Alves de
185 Lima – Aprovou; Clécio Antônio Espezim – Não aprovou; Cleia Clemente Aparecida Giosole
186 – Aprovou; Elsitá Chorztenberger Andrade – Aprovou; Fábio Gaudenzi de Faria – Não
187 aprovou; Fátima Regina da Silva – Aprovou; Francieli dos Santos – Aprovou; Hortência Salet
188 Muller Tierling – Aprovou; Jorge dos Passos Corrêa Cobra – Aprovou; Maria Conceição dos
189 Santos – Aprovou; Maria Izabel Giroto – Absteve – se; Milton Ricardo de Medeiros
190 Fernandes – Aprovou; Nayana Setubal Bittencourt – Aprovou; Nereu Sandro Espezim –
191 Aprovou; Pedro Cezar Peliser – Aprovou; Sérgio Murilo Rabelo – Aprovou; Sônia Teresinha
192 Bodanese – Não aprovou.

193 Com 19 votos favoráveis, 4 contrários e 1 abstenção, a proposta de Resolução foi
194 aprovada.

195 **ITEM III – PROGRAMAÇÃO ANUAL DE SAÚDE SES/2017 - Votação;**

196 O Presidente explicou que a Programação Anual de Saúde SES/2017 foi apresentada na
197 reunião passada e as dúvidas esclarecidas pela equipe técnica, ficando para esta sessão a
198 votação.

199 A Conselheira Helga Regina Bresciani falou que nem todos seus questionamentos
200 foram esclarecidos.

201 O Secretário Executivo respondeu que os questionamentos não respondidos serão
202 esclarecidos pelas áreas técnicas responsáveis na reunião.

203 A Conselheira Helga Regina Bresciani questionou, em relação ao objetivo: melhorar a
204 condição de Saúde do idoso e portadores de doenças crônicas, mediante qualificação da gestão
205 e redes de atenção, na parte dos objetivos específicos está: realizar 2 oficinas para implementar
206 ações de saúde da pessoa idosa na atenção básica, se essas 2 oficinas atenderão os
207 profissionais de todo o Estado ou apenas 2 Municípios escolhidos.

208 A Coordenadora de Atenção Básica respondeu que essas 2 oficinas serão realizadas na
209 Macrorregião de Joinville (Planalto e Nordeste) e Macrorregião de Blumenau (Planalto e Vale
210 Foz Rio Itajaí), já que em 2016 foi realizada oficina na Macrorregião Grande Oeste e em 2015
211 na Macrorregião da Serra Catarinense, contemplando assim todo o Estado.

212 A Conselheira Helga Regina Bresciani sugeriu que se discrimine as regiões abrangidas,
213 ou coloque a informação das oficinas realizadas.

214 A Conselheira Helga Regina Bresciani questionou em relação ao eixo Média e Alta
215 Complexidade, no objetivo específico: Ampliar estrutura de Saúde bucal de média e alta
216 complexidade terão 4 reuniões de apoio institucional para qualificação de centros de
217 especialização odontológicas para Gersas e Municípios, quantos Municípios serão atendidos.

218 O Coordenador de Saúde Bucal, Nestor Carvalho, respondeu que são feitas web
219 conferências e fóruns para discussão e que essas 4 reuniões serão presenciais para Municípios,
220 onde existem centros de especialidades odontológicas e alguns outros que têm estudos para
221 sua implementação.

222 A Conselheira Helga Regina Bresciani perguntou se o valor destinado era apenas para
223 diárias de quem participará das reuniões.

224 Nestor Carvalho respondeu que sim, diárias dele e de quem o acompanhar.

225 A Conselheira Helga Regina Bresciani perguntou em relação ao eixo Média e Alta
226 Complexidade, no objetivo específico: Organizar a rede de atendimento odontológico
227 hospitalar para pacientes com necessidades especiais, organização de atendimento
228 odontológico em 4 hospitais, qual o critério para seleção desses hospitais. E questionou sobre
229 o valor destinado para isso de apenas 440,00 reais.

230 O Coordenador de Saúde respondeu que o critério de seleção foi para os hospitais que
231 receberam do Ministério da Saúde os equipamentos odontológicos, porém não tiveram ou
232 tiveram poucos atendimentos. São os hospitais de Rio do Sul, Mafra, Curitiba, e
233 Universitário de Florianópolis e Içara. E que o valor apresentado é referente às 4 diárias para
234 visita aos hospitais.

235 A Conselheira Helga Regina Bresciani questionou em relação ao objetivo: Ampliar a
236 oferta de órtese, prótese e medicamentos, através do objetivo específico: realizar cirurgias de
237 órtese e prótese a partir da demanda reprimida, realizar 20% da demanda reprimida, sobre não
238 haver orçamento para isso, se o orçamento contempla essa ação.

239 A Gerente de Planejamento, Nardeli Junckes, respondeu que é uma questão de
240 organização de fluxo, quando não há orçamento, e que o orçamento para os 20% das cirurgias
241 está incluso em outra ação.

242 O Conselheiro Milton Ricardo de Medeiros Fernandes falou que a SES deveria fazer
243 uma capacitação aos Municípios, para que eles tenham um número real de suas demandas
244 reprimidas, caso contrário complica na realização das ações no orçamento. Disse que a SES
245 deveria ampliar o recurso para que diminua o número de pessoas que esperam por uma
246 cirurgia.

247 A Conselheira Sônia Teresinha Bodanese falou que a cirurgias eletivas são um dos
248 maiores problemas na Saúde e que com a Lei da Publicização, que se aplica tanto para os
249 municípios como para o Estado, saberemos o real tamanho das filas. Falou que os 32 milhões,
250 destinados para esse fim, estão muito abaixo do que realmente é necessário para acabar com as
251 filas de espera de cirurgias eletivas e que o COSEMS se coloca à disposição para buscar esses
252 números.

253 A Conselheira Maria Conceição dos Santos disse que encaminhou suas dúvidas, que
254 leu toda PAS, e em quase todo documento teve dúvidas, a maioria semelhantes as da
255 Conselheira Helga Regina Bresciani. Falou que nas ações, onde dizia capacitação com um
256 valor x, não especificava para quantas pessoas ou quais os profissionais atendidos. Observou
257 algumas webs conferências sem valores e gostaria de saber os custos para isso. Ponderou que
258 existem muitos cursos e poucas ações, quando se trata de Saúde da Mulher. Questionou qual a
259 importância dada ao seu papel de conselheira atuando como controle social. Disse que toda
260 vez que encontrar dificuldades, irá se reunir para trabalhar em cima delas, para poder
261 realmente cobrar. Perguntou se a PAS realmente contempla o orçamento da Saúde. Disse que
262 gostaria de ver na PAS o número de participantes e como será gasto o orçamento com cada
263 ação respectiva.

264 A Gerente de Planejamento, Nardeli Junckes, disse que foi falado sobre a construção
265 desse instrumento de gestão, a PAS, que reflete o que está no Plano Estadual de Saúde nesses
266 4 anos. A cada ano é feita uma nova Programação Anual de Saúde dentro do orçamento. Falou
267 que houve uma grande evolução nos instrumentos de gestão e diferente de outros anos, o CES
268 está participando, através de sugestões, colocações, mas muita coisa ainda precisa ser
269 melhorada. Disse que para 2018, levará em conta a sugestão de padronizar a programação,
270 incluindo o número de participantes abrangidos nas ações, por exemplo.

271 A Conselheira Helga Regina Bresciani disse que não concordava com o verbo utilizado
272 na ação: Monitorar a realização de procedimentos contemplados na programação pactuada
273 integrada, meta: 100% dos procedimentos pactuados, acredita que melhor que monitorar seria
274 realizar, até porque são aproximadamente 269 milhões somente para monitorar.

275 A Gerente de Planejamento respondeu que o “monitorar” seria acompanhar um valor
276 que será repassado.

277 A Conselheira Helga Regina Bresciani disse que o termo “incentivo” ficou confuso na
278 ação: Realizar a manutenção do incentivo de política de atenção hospitalar. E no verbo
279 processar, da ação: Processar a produção hospitalar dos prestadores sobre gestão estadual.

280 O Conselheiro Alexandre Cunha dos Santos falou, em relação à HIV/AIDS, que o
281 Estado de Santa Catarina é o segundo com maior incidência e o quarto com maior número de
282 óbitos. Falou que as estratégias previstas não vão ao encontro da realidade. Questionou se a
283 rede de atenção e cuidados vai ser explorada, se o Estado vai investir para atingir a meta 99/99
284 até 2020. Perguntou quais são as propostas de Santa Catarina para o fim da epidemia e quais
285 ações de prevenção e se somente será uma vez por ano a testagem de HIV/AIDS.

286 O Conselheiro Luiz Henrique Costa falou que a PAS não é um documento morto.
287 Questionou quais os principais problemas de saúde encontrados com a PAS. Reforçou a

288 questão de HIV/AIDS é muito grave, como também a Sífilis. Propôs que a apresentação do
289 PAS indique quais os problemas mais críticos, onde é concentrado maior recurso. Citou o
290 exemplo da Sífilis, onde existe um tratamento inadequado, pela rede de saúde e falta de
291 informação à população. Falou que a relação da residência multiprofissional e residência
292 médica, é desproporcional, acredita que deva ser ampliado o número de bolsas e programas
293 voltados aos profissionais que atuam na atenção básica em saúde da família e coletiva.

294 O Conselheiro Eduardo Marques Macário, Diretor da Vigilância Epidemiológica, disse
295 que a Vigilância Epidemiológica tem realizado várias ações, algumas mencionadas fazem
296 parte da meta e que talvez não estejam diretamente apontadas no plano, já que o plano marca
297 alguns pontos chaves, que serão os indicadores de monitoramento e acompanhamento. Em
298 relação às diretrizes, citou algumas: Ampliar o acesso ao diagnóstico precoce, tratamento
299 oportuno, atenção integral à Saúde da pessoa vivendo com HIV/AIDS e Reduzir a transmissão
300 vertical de HIV e Sífilis. Falou que o plano foi apresentado ao CES e aprovado e pediu que,
301 caso surjam outras dúvidas e questionamentos, o CES as encaminhe à Diretoria de Vigilância
302 Epidemiológica. Falou, ainda, que existe uma agenda estratégica da Vigilância que abrange
303 alguns pontos mais específicos e se colocou à disposição para apresentá-la.

304 Segundo o Conselheiro Luiz Henrique Costa, 50 mil reais para a ação: Promover a
305 mobilização estadual de combate à Sífilis, é insuficiente.

306 Eduardo Marques Macário falou que esse recurso é somente para realização de um
307 evento, em uma data específica, e que existem outras ações na Programação que abrangem o
308 combate à Sífilis.

309 Segundo a Conselheira Helga Regina Bresciani, não tem orçamento para a ação:
310 Capacitar profissionais de Saúde na área de Saúde do Trabalhador.

311 O Superintendente de Vigilância em Saúde da SES, pediu desculpas, acredita que
312 houve algum desencontro, já que foram encaminhados à Gerência de Planejamento os
313 questionamentos da Conselheira Helga e valores referentes à ação.

314 A Conselheira Helga Regina Bresciani disse que, em relação ao objetivo: Reduzir a
315 incidência e mortalidade por doenças imunopreveníveis, coqueluche, meningite e influenza no
316 Estado, chamou a sua atenção o valor para realizar 2 seminários, ser somente 20% do que
317 custará para realizar um simpósio. Que, a respeito da ação: Subnotificação do caso de doença
318 diarreica, ter apenas 2 seminários. Também questionou qual o critério utilizado para elegerem
319 as regiões.

320 O Diretor da Vigilância Epidemiológica, Eduardo Marques Macário, respondeu, em
321 relação as doenças imunopreveníveis, que o simpósio estadual abrange um público de 150
322 pessoas aproximadamente e é voltado a todo Estado, enquanto os seminários vigilância
323 sentinela, um público de 10 pessoas e é voltado para uma região específica, como é o caso de
324 Florianópolis e Joinville, que não cumpriram a meta de envio regular da amostra e foram
325 descredenciados pelo Ministério da Saúde. Em relação a subnotificação de doença diarreica,
326 desde 2015 vem sendo realizados seminários e esses 2 seminários previstos na ação são para
327 as 2 macrorregiões faltantes para contemplar todo o Estado.

328 A Conselheira Helga Regina Bresciani questionou a falta de orçamento para realização
329 de web conferência na ação: reduzir a letalidade por Hantavirose em regiões de Saúde do
330 adulto, enquanto várias outras têm orçamento.

331 O Diretor da Vigilância Epidemiológica respondeu que a web conferência feita dentro
332 da rotina do Tele Saúde já está pronta, não necessita de orçamento para serem realizadas,
333 enquanto as webs conferências, de educação a distância, por exemplo, têm que criar o curso,
334 toda a estrutura, contratar serviços, por isso a diferença.

335 A Conselheira Helga Regina Bresciani questionou, em relação a ação: aumentar o
336 percentual de investigação oportuna dos óbitos de mulheres em idade infértil materno infantil
337 fetais do Estado, e meta: Acompanhar a investigação oportuna dos óbitos, por que a meta é de
338 80% e não 100% dos óbitos.

339 O Eduardo Marques Macário respondeu que a meta de acompanhar a investigação dos
340 óbitos maternos é bem maior. O que está sendo proposto nessa ação é a investigação oportuna

341 em até 120 dias. Falou que o que temos hoje no Estado é apenas 30% dessa investigação, por
342 isso ficou estipulado no mínimo 80%, que irá aumentando paulatinamente durante os
343 próximos 3 anos até chegar nos 100%.

344 A Conselheira Helga Regina Bresciani falou em relação a realizar ações de gestão dos
345 serviços de verificação de óbitos, onde diz elaborar um documento para reforma, com
346 orçamento em 300 mil reais, que esse valor não pode ser para a elaboração de um documento e
347 sim para a reforma. Falou que precisa ser melhorado os verbos utilizados na PAS. Continuou
348 suas dúvidas, em relação ao objetivo: implantar a vigilância em Saúde da população exposta
349 em agrotóxico e ampliar e qualificar inspeções dos locais identificados como responsáveis
350 pelo manejo e destino final de resíduos. Perguntou se não há custos para essas ações, ou foi
351 apenas esquecimento. Citou mais dois objetivos sem custos previstos: implementar o plano
352 integrado de gestão sanitária e instrumentalizar e capacitar os serviços de Saúde sobre
353 atualizações relacionadas a assistência de Saúde, esse último com a ação: segurança do
354 paciente. E em relação ao eixo de Assistência Farmacêutica não existe orçamento nenhum
355 previsto. Disse a Conselheira.

356 Maria Tereza, Diretora da Assistência Farmacêutica, respondeu em relação a sua área
357 que ficou decidido pela SES, que o setor que repassa o recurso é quem deveria indicar valores
358 na PAS, no caso a Gerência de Orçamento.

359 A Conselheira Helga Regina Bresciani identificou mais uma ação sem orçamento, que
360 é a de reduzir a mortalidade por AIDS.

361 Maria Tereza falou que essa ação é de fornecimento de medicamentos e por ser recurso
362 Federal, não pode constar como orçamento.

363 A Conselheira Helga Regina Bresciani citou o objetivo: capacitar 100% dos médicos
364 dos hospitais que aderirem ao programa de diagnóstico de morte encefálica e disse que
365 também está sem custo. Falou, também, em relação ao objetivo: Estabelecer a política estadual
366 de gestão de pessoas em consonância com a política nacional de gestão do trabalho e objetivo
367 específico: elaborar um estudo das necessidades dos trabalhadores do SUS para unidades do
368 SES com alocação de profissionais necessários que estão sendo abertos vários serviços nessa
369 programação, e que é complicado aprovar uma PAS para estudos que já estavam previstos na
370 PAS de 2016. E perguntou, em relação ao objetivo: acompanhar a execução das audiências
371 públicas, se o valor de R\$ 650000,00 é para a realização das audiências.

372 A Gerente de Planejamento, Nardele Junckes, respondeu que esse valor é para as ações
373 resultantes das 69 audiências públicas já realizadas.

374 A Conselheira Helga Regina Bresciani questionou se o valor previsto para garantir a
375 participação dos conselheiros estaduais nas conferências, nas plenárias de conselhos e demais
376 fóruns de políticas públicas é suficiente para atender aos 64 conselheiros estaduais. Disse que
377 acredita que esse valor seja inadequado ao objetivo.

378 O Secretário Executivo, José Carlos da Cruz respondeu que o valor é para diárias e
379 passagens para a participação dos conselheiros nas 12 reuniões ordinárias do CES e nas
380 reuniões das comissões do CES, que esse valor não entra para as Conferências de Saúde da
381 Mulher e de Vigilância em Saúde, já que estarão previstos nas licitações. Falou que esse valor
382 dará conta em virtude de nem todos conselheiros precisarem de passagens e diárias.

383 A Conselheira Helga Regina Bresciani questionou se quando aparece nas ações
384 “remessas” é remessa de valor de alguma fonte para os Municípios.

385 Nardele Junckes, Gerente de Planejamento, respondeu que o termo remessa quer dizer
386 repasse do setor financeiro direto para os Municípios.

387 Findadas as discussões, o Presidente, Jorge dos Passos Correa Cobra, colocou em
388 votação nominal a Programação Anual de Saúde da SES/2017, com os seguintes votos:

389 Alessandra Tagliari C. Da Silva – Aprovou; Aline Gunsett – Aprovou; André Mendes Arent –
390 Aprovou; Bernard Van de Meene – Não aprovou; Canísio Isidoro Winkelmann – Aprovou;
391 Cecília Alves de Lima - Não aprovou; Clécio Antônio Espezim – Aprovou; Cleia Clemente
392 Aparecida Giosole - Não aprovou; Elsitá Chorztenberger Andrade - Não aprovou; Fábio

393 Gaudenzi de Faria – Aprovou; Fátima Regina da Silva - Não aprovou; Francieli dos Santos –
394 Aprovou; Helga Regina Bresciani – Não aprovou; Jorge dos Passos Corrêa Cobra – Aprovou
395 Luiz Henrique Costa – Não aprovou; Maria Conceição dos Santos – Não aprovou; Maria
396 Izabel Giroto – Absteve – se; Mario Bastos – Aprovou; Milton Ricardo de
397 MedeirosFernandes – Não aprovou; Nayana Setubal Bittencourt – Aprovou; Nereu Sandro
398 Espezim – Não aprovou; Pedro Cezar Peliser – Aprovou; Sérgio Murilo Rabelo – Não aprovou
399 Sônia Teresinha Bodanese – Aprovou.

400 Com 12 votos favoráveis, 11 contrários e 1 abstenção, a Programação Anual de Saúde
401 da SES/2017 foi aprovada.

402 **ITEM IV – CONFERÊNCIA ESTADUAL DE SAÚDE DAS MULHERES E** 403 **CONFERÊNCIA ESTADUAL DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE**

404 A Conselheira Cléia Aparecida Clemente Giosole, Coordenadora da Comissão
405 Organizadora da Conferência Estadual de Saúde das Mulheres relatou que, no período da
406 manhã, aconteceu a reunião da Comissão de Saúde da Mulher, na qual foi discutido a
407 programação da conferência e também o local do evento. Em relação ao regulamento, será
408 feito conforme o regimento aprovado, por consulta pública e informou, também, que no dia 17
409 de março haverá uma video conferência para tratar do assunto. Concluiu dizendo que os
410 trabalhos dessa comissão estão bem avançados e logo trarão ao pleno a programação e os
411 nomes dos palestrantes.

412 O Conselheiro Fábio Gaudenzi de Farias, como membro da Comissão de Vigilância
413 em Saúde, relatou que o andamento dos trabalhos está um pouco atrasado e que, em
414 novembro, houve a convocação da primeira reunião para tratar da conferência, porém não teve
415 quórum e que no dia 17/12 aconteceu, então, a primeira reunião. Disse que a proposta é
416 estabelecer o Regimento interno até o dia 17/03, remeter à Comissão de Vigilância em Saúde
417 para trazer ao pleno na próxima reunião.

418 **ITEM V - DEFINIÇÃO DA PAUTA DA PRÓXIMA REUNIÃO**

419 O Conselheiro Milton Ricardo de Medeiros Fernandes sugeriu como pauta a
420 apresentação, pela Frente Catarinense em Defesa da Saúde, de sua contrariedade em relação à
421 implementação de cursos EAD na área de formação.

422 A Conselheira Elsita Chorztenberger Andrade reforçou a sua solicitação de pauta: A
423 apresentação das Práticas Integrativas Complementares.

424 O Conselheiro Fábio Gaudenzi de Farias solicitou que o Regimento Interno da
425 Conferência Estadual de Vigilância em saúde seja item de pauta da reunião de abril.

426 O Conselheiro Sérgio Murilo Rabelo solicitou o item de pauta, para a reunião de maio,
427 a apresentação do plano de trabalho da CIST Estadual.

428 O Presidente lembrou que 3 itens são obrigatórios, em virtude de prazos, que são:

429 - Prestação de Contas do 3º Quadrimestre de 2016;

430 - Relatório Anual de Gestão de 2016 e

431 - Indicadores do Pacto Interfederativo para 2017.

432 A Conselheira Cléia Aparecida Clemente Giosole colocou que o CES deve estar
433 pensando a questão de medicamentos a nível de Estado para Municípios, pois quem sofre é o
434 usuário, em alguns casos correm risco de morte.

435 O Conselheiro Nereu Sandro Espezim propôs como item de pauta para reunião de
436 maio que a SES apresente o número de leitos de hospitais próprios que estão fechados, e
437 número de servidores que necessitam para voltarem a funcionar.

438 A Conselheira Maria Izabel Giroto solicitou que o Secretário de Estado da Saúde
439 participe da apresentação proposta pelo Conselheiro Nereu Sandro Espezim

440 **RELATO DAS COMISSÕES**

441 O Conselheiro Sérgio Murilo Rabelo, Coordenador da CIST Estadual, relatou que a
442 Cist encaminhou ao CES um documento, no qual solicita ao Cerest Estadual a apresentação da
443 Prestação de Contas de 2016 e o Plano de Ação para 2017, e que informe ao CES e controle
444 social todas suas ações. Destacou a importância da participação do Cerest Estadual nas
445 reuniões da CIST.

446 O Presidente, Jorge do Passos Correa Cobra, colocou em votação os encaminhamentos
447 da CIST Estadual apresentado pelo Conselheiro Sérgio Murilo Rabelo, os quais foram
448 aprovados por unanimidade.

449 **INFORMES**

450 O Conselheiro Clóvis Thadeu Rabello Improta informou que encaminhou um ofício ao
451 Secretário de Estado da Saúde solicitando respostas e somente após 4 meses, esse ofício foi
452 respondido, sendo que as respostas foram evasivas. Falou que gostaria de saber o porquê da
453 mudança da nomenclatura dos médicos veterinários.

454 Nada mais havendo a tratar, a Presidência da sessão deu-a por encerrada, da qual a
455 Secretaria do CES/SC lavrou a presente Ata.

456

Florianópolis, 8 de março 2017.